

DESENVOLVIMENTO RURAL A PRETEXTO DA TRANSUMÂNCIA PARA O MONTEMURO: PESQUISAS PARA A ELABORAÇÃO DE UM PROJECTO

Soares de Sousa*, A. J., Oliveira, J. B. e Martinho, V. J. P.

*soaressousa@esav.ipv.pt

Escola Superior Agrária de Viseu

Quinta da Alagoa, Ranhados

3500-606 VISEU

RESUMO

A transumância de ovinos do Planalto Beirão para a Serra do Montemuro era uma movimentação secular que decorria anualmente desde o fim de Junho até meados de Agosto em busca de pastagens, numa altura do ano em que estas escasseiam nos locais de origem desses animais. Em 1999 deu-se a derradeira deslocação transumante para o Montemuro. Era já então conhecida como a última rota de transumância no nosso País.

Existem vantagens directas com esta actividade, nomeadamente o incremento e diversificação alimentar dos animal, com a consequente melhoria da quantidade e qualidade das suas produções e dos reconhecidos benefícios ambientais do pastoreio de percurso. Além destas vantagens, esta actividade sazonal proporciona aos criadores maior disponibilidade, que pode ser utilizada para outras práticas e para o lazer.

Consideramos, no entanto, ser possível e benéfico a contribuição de elementos catalisadores que proporcionem a recuperação desta antiga modalidade de pastoreio. Desta forma, surge a oportunidade para gerar práticas e atitudes inovadoras através da exposição de um espaço rural e natural genuíno, ambicionado por quem julga ou teme a sua rápida extinção ou desvirtuação. Propõem-se, assim, neste trabalho, como base para a elaboração de um projecto, formas de dinamização desse território, com a participação obrigatória dos actores locais, através dos seus produtos agrários regionais, da sua cultura popular e de outros patrimónios rurais e naturais de uma riqueza impressionante, promovendo o desenvolvimento sustentável através da diversificação dos recursos. E a transumância é apenas um pretexto para encontrar esse mundo maravilhoso.

1. INTRODUÇÃO

Desde tempos remotos que se verificam deslocações sazonais de gado na Europa Mediterrânea. A este movimento alternativo e periódico dos rebanhos entre duas regiões oroclimáticas distintas, é designado por transumância.

A uma fase primitiva de nomadismo, caracterizada por deslocações que arrastavam consigo homens, animais e toda a comunidade, sucedeu uma outra, mais racional e organizada que, como referem Oliveira e Silva (2000), é uma “forma de assegurar a alimentação dos animais e de garantir os rendimentos numa altura do ano em que os criadores não dispunham de recursos, face à escassez de pastagens, como consequência dos rigores do clima”.

Morais (1998) designa movimentos deste género como “deslocações caminheiras dos gados” e distingue-os consoante se trata de uma forma esporádica e de improvisado ou se traduz numa forma cíclica e organizada. A primeira forma relaciona-se com o carácter sanitário aquando de epizootias (“cura por mudança de ares”). Quanto à forma cíclica e organizada, Morais (1998) divide-a em transumância propriamente dita e transterminância. A primeira destas está relacionada com deslocações de assinalável importância no espaço e no tempo. Já a transterminância, denominação também usada por outros autores (García e Gándaras, 2004 e Martín, 1991), refere-se a deslocações ocorridas entre “termos” vizinhos ou muito próximos que poderiam incorrer no pagamento do “imposto de montado” (Morais, 1998) ou no pascigo desses “termos” de forma gratuita (por acordos).

A transumância é uma modalidade pecuária com história no sul da Europa. Martín (2000) refere-a como um património viário intrínseco à cultura pastoril dos povos do Mediterrâneo, tendo chegado até aos nossos dias a países como Portugal, Espanha, França, Itália, Grécia e Roménia.

Pela importância económica que a transumância de gados teve na Península Ibérica, foi por isso aí protegida pelas monarquias feudais. Oliveira e Silva (2000) referem essa protecção (jurídica e institucional) da pastorícia. Com efeito, os mesmos autores salientam o Foro de Cuenca, em 1178 e a Declaração de “Protecção Real”, ambas de Afonso VIII e a constituição do “Honrado Concejo de La Mesta de Pastores”, em 1273, por Afonso X, rei de Castela e Leão. Esta instituição dominou toda a história medieval e moderna do pastoreio em Espanha durante cinco séculos, entrando os movimentos transumantes em declínio desde o século XIX (Oliveira e Silva, 2000).

Em Portugal, embora não tenha existido organização semelhante à referida “Mesta”, não quer dizer que os nossos reis demonstrassem desinteresse por esta importante actividade económica. Oliveira e Silva (2000) referem diversas leis que asseguravam os direitos dos pastores transumantes nos reinados de D. João II, D. Manuel I, D. João III, D. Sebastião, D. Henrique, D. Filipe II e D. João IV.

Oliveira e Silva (2000) e Martinho (1978), referem ter existido no nosso território, dois tipos de transumância: a ascendente ou de Verão e a descendente ou de Inverno. Do primeiro tipo são exemplos as deslocações de gados de algumas aldeias dos concelhos de Seia, Manteigas e Covilhã para as zonas mais altas da Serra da Estrela; as deslocações de aldeias do planalto beirão dos concelhos de Oliveira do Hospital, Tábua, Arganil, Nelas, Seia, Gouveia e Mangualde para alguns baldios serranos dos concelhos de Seia e Gouveia; e as deslocações de vários daqueles concelhos para a Serra do Montemuro (Martinho, 2000a). Morais (1998) refere ainda o destino da Serra da Gralheira. Da transumância de Inverno, salienta-se a ida de ovelhas e cabras da Serra da Estrela para o “campo” de Idanha, para as terras baixas do Alentejo, para os “Campos de Ourique”, para o Baixo Mondego e para a região do Alto Douro (Morais, 1998).

A transumância de ovinos no nosso País, embora em decadência, segundo Oliveira e Silva (2000) desde o liberalismo, persistiu até há muito pouco tempo. No ano de 1999 deu-se a derradeira ida transumante de ovinos à Serra do Montemuro. Era já então conhecida como “A Última Rota de Transumância”.

2. DO PLANALTO BEIRÃO À SERRA DE MONTEMURO: A ÚLTIMA ROTA DE TRANSUMÂNCIA

A derradeira rota de transumância para a Serra de Montemuro consta de uma versão mais reduzida da praticada antigamente. Os gados que a compunham, sobretudo ovinos, mas também caprinos, deslocavam-se durante o Verão para essa área montanhosa quando os pastos começavam a escassear nas terras baixas, seja pela diminuição do seu desenvolvimento vegetativo ou pelo seu sobrepastoreio. Acontecia igualmente nessa altura que os seus habitantes se ocupavam com as colheitas aí existentes.

Este movimento sazonal de gado resulta, segundo Morais (1998), numa utilização racional, em termos ambientais, de dois ecossistemas separados no espaço. A ausência de rebanhos por determinados períodos de tempo permite uma regeneração desses

ecossistemas. O mesmo autor refere ainda como implicações positivas a fertilização dos campos de cultivo (estrumação a bardo) e a complementaridade com a presença de aves necrófagas e de mamíferos carnívoros selvagens (“sanitaristas do ambiente”), por aproveitamento dos cadáveres de ovinos falecidos ao longo dos percursos.

Igualmente, estas deslocações robusteciam os animais caminheiros, beneficiando-os fisicamente e apurando a sua rusticidade, induzindo uma melhoria genética. Por outro lado, poderia contribuir para a manutenção de ecossistemas, diversificação e riqueza da paisagem e, preventivamente, ajudar a combater incêndios em zonas florestais.

Oliveira e Silva (2000) relatam que entre os dias de São João (24 de Junho) e de São Pedro (29 de Junho), em dia previamente combinado, dava-se na povoação de Barbeita, freguesia de Rio de Loba, nas imediações de Viseu, o ponto de encontro de animais provenientes de alguns concelhos do Planalto Beirão e que iam integrar o rebanho transumante. Os mesmos autores referem que os efectivos envolvidos seriam, em meados dos anos cinquenta do século passado, cerca de 20 a 25 mil cabeças divididas em dez a doze rebanhos. Este número foi decrescendo com o passar dos anos, rondando 2500 a 3000 ovelhas no início da última década do século XX, segundo os autores referidos. Em 1998, de acordo com Martinho (2000a), havia o maioral (nome dado ao pastor que organizava e comandava a organização), acompanhado por quatro ajudantes, juntando um rebanho de 1020 ovelhas. No ano seguinte, o rebanho diminuiu para menos de oitocentos animais.

Acontecia, assim, na povoação de Barbeita, depois de um dia de confraternização amiga entre pastores, criadores de gado, familiares e amigos, que se dava a ordem de partida para uma jornada que levaria quatro longos dias até à zona da Cruz do Rossão, em pleno Montemuro. Segundo Oliveira e Silva (2000), esta rota manteve-se praticamente inalterada desde tempos imemoriais.

Não sendo o percurso extenso, comparado com as longas distâncias a vencer em antigas rotas, é no entanto acidentado e apresenta algumas dificuldades, como as condições climáticas nessa altura do ano, a passagem a vau de dois cursos de água (rios Vouga e Paiva) e tendo os pastores de conduzir o rebanho de forma a evitar que invada terrenos cultivados e lameiros. Acrescem outras dificuldades respeitantes à vida moderna, tais como a travessia de estradas nacionais e a proliferação de vedações em determinados locais.

O itinerário (Figura 1) passava por Cavernães, Pedras Negras, Mões, a Vila de Castro Daire, entre outras povoações, antes de chegar ao Monte Raso (Rossão).

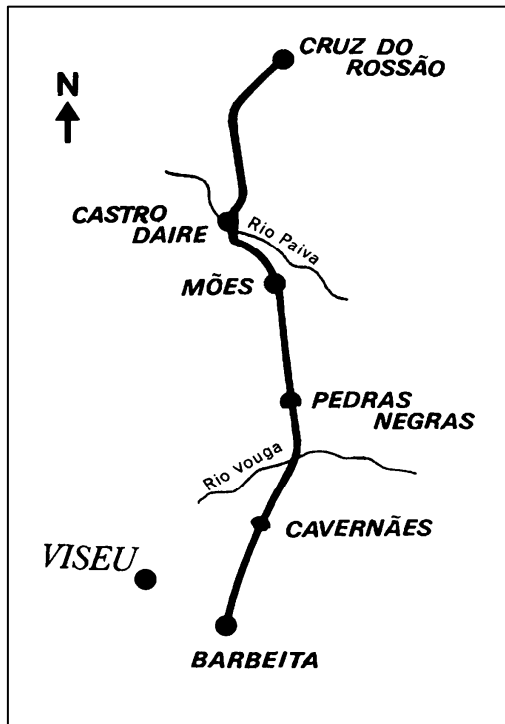


Figura 1. Itinerário percorrido pelo rebanho transumante até à Serra do Montemuro (Oliveira e Silva, 2000).

Partindo do concelho de Viseu, atravessando o de Castro Daire, chegava-se ao limite com o concelho de Cinfães.

Na primeira parte do percurso mencionado são já pouco visíveis os vestígios das antigas “canadas”, caminhos entre muros reservados à passagem dos rebanhos transumantes. Segundo Oliveira e Silva (2000), só a partir da povoação de Mões estas ancestrais vias se reconhecem, estando algumas em estado não satisfatório de conservação. Nalguns locais a vegetação cobre-as, dificultando a passagem.

A organização desta deslocação era, como já referimos da responsabilidade do maioral e dos seus ajudantes, assumindo

formas muito peculiares apoiadas na experiência ancestral. Além das combinações com os criadores, a passagem do gado pelos locais estava combinada, as provisões tinham de estar previamente preparadas, os “montes” de pastoreio eram arrendados à mordomia da Igreja do Rossão e às juntas de freguesia, os locais de pernoita negociados, entre outros pormenores importantes.

Passado mês e meio de apascentamento dos animais dava-se o regresso. Segundo Oliveira e Silva (2000) não havia data fixa, mas o mais comum seria iniciar a caminhada entre os dias 10 e 15 de Agosto. Os mesmos autores referem que nos últimos anos o ciclo transumante encerrava no dia 15 de Agosto, dia da festividade litúrgica da Assunção de Nossa Senhora, na Quinta dos Frades, freguesia de São João de Lourosa (Viseu). Sendo um dia santificado, permitia que os criadores tivessem ajuda de familiares e amigos no encargo de apartar as reses. Tal como na partida, havia grande ajuntamento de pessoas em grande confraternização, antes de voltarem às suas casas.

3. ALTERAÇÕES SOCIO-ECONÓMICAS E AS IMPLICAÇÕES NA TRANSUMÂNCIA

A decadência e mesmo extinção do fenómeno transumante em Portugal e, em particular, na Serra do Montemuro, deve ser encarada como uma constatação “natural” e esperada, tendo em conta a alteração dos pressupostos para a sua existência. Não devemos esquecer que a transumância e outras actividades rurais tiveram uma evolução que foi sendo “afinada” ao longo dos anos e adaptada às realidades das populações rurais e dos seus relacionamentos. Tal como afirma Baptista (2003), as transformações não se desenvolveram uniformemente em todo o espaço e os seus diferentes ritmos e configurações estão inseridos na história de cada território, traduzindo “os efeitos locais de processos e ocorrências”.

Nos meios rurais, o aumento da população verificado no século XIX fez com que as suas populações se distribuíssem pelos campos em pequenos aglomerados. Baptista (2001) refere a este respeito terem-se formado sociedades comunitárias baseadas no conhecimento interpessoal, com relações de interdependência e sendo enorme o peso das redes familiares.

Mais recentemente, as últimas décadas trouxeram alterações profundas que se reflectiram no tecido social. Acentuaram-se as diferenças entre dois mundos. De um lado está o rural, do outro a cidade industrializada. Este último mundo, baseado nas fábricas e manufacturas das grandes urbes (Baptista, 2001) é apoiado em saberes técnicos, em novos costumes e comportamentos, e em relações e interesses utilitários (Giner, 1987). As populações rurais, sobretudo dos interiores montanhosos e desfavorecidos, vêm, assim, uma forma de saírem do seu mundo, até então muito fechado. A pobreza dos meios rurais e as aspirações dos seus habitantes por novos empregos e por uma vida melhor, levaram muitos a procurar outras formas de empregar a sua força de trabalho nesse mundo urbanizado.

A partir da segunda metade do século XX, o “mundo rural” entrou num processo rápido de desintegração e desertificação, incapaz, como era, de aguentar o efeito das novidades (Romero, 2004). As gerações mais novas rumaram às cidades, ao litoral e ao estrangeiro.

O esvaziamento populacional trouxe uma crise de mão-de-obra na actividade tradicional, a agricultura. A produção vegetal e animal era o centro dinamizador desse mundo rural. Assim, muitas áreas tornaram-se incultas e os efectivos animais

diminuíram, como consequência do custo de mão-de-obra e da sua escassez, provocando impactos ambientais negativos. Os rendimentos esperados diminuíram, fazendo com que igualmente os proprietários fundiários procurassem outras formas de rendimento, quase sempre nos locais urbanizados. Também como consequência ao nível social, muitos costumes e tradições foram sendo abandonados. Em muitos locais, segundo Romero (2004), “quem ficou, limitou-se a esperar pelo fim, sem ânimo nem forças para dar a volta ao que quer que seja”.

O “mundo rural”, até então facilmente definido, tornou-se “cada vez menos o lugar de toda a vida de uma parte importante da população” (Fernandes, 2003), em resultado das mudanças sociais ocorridas. Estas transformações resultaram de um progresso económico e tecnológico que, segundo Fernandes (2003), foi acompanhado pela melhoria das condições de vida humana e material, desenvolvimento dos meios de comunicação e aumento do nível da educação. Igualmente, a melhoria da protecção social, proporcionada pelo Estado, fez-se sentir de uma forma mais evidente.

O interior do País atingiu níveis de envelhecimento crescentes, sem respostas oportunas e eficazes que contrariem esta realidade. A este respeito, Fernandes (2003) refere a grande ineficácia das políticas de desenvolvimento com vista a contrariar a perda de população através de mecanismos económicos para sua fixação.

Na região Centro, particularmente no seu interior, tem sido visível o despovoamento e a desvalorização de uma importante parcela de território, sendo este facto provocado pela diminuição da actividade económica tradicional, aliada à concentração dos equipamentos e das oportunidades de emprego nos centros urbanos.

Ainda assim, em muitos locais, o peso do rural ainda revela importância. No entanto, os novos contornos sociais, económicos, culturais e ambientais já não definem as opções e estratégias do meio rural centralizadas na agricultura (Baptista, 2001).

O rural e o urbano envolvem-se numa teia diferenciada de actividades e de fluxos económicos. Nos pequenos aglomerados, a vida rural, cultural, institucional e os interesses locais intervêm, adaptando-se e moldando os processos. E o Estado influencia-os pelas suas políticas e iniciativas.

No contexto apresentado, não é de espantar que a transumância de gados, nomeadamente a dirigida à Serra do Montemuro, se tenha encaminhado para a extinção. Além das alterações sociais anteriormente referidas, o desenvolvimento tecnológico também chegou ao meio rural, facultado pela maior facilidade de acesso a essas zonas. A possibilidade de alimentação animal através de pastagens semeadas, do uso de

alimentos concentrados e do aprovisionamento de forragens, leva a que os produtores tenham outras opções alimentares para os animais, em detrimento do pastoreio transumante. Igualmente, as vedações permitem gerir essas pastagens e impedem que o gado ultrapasse determinados limites, podendo mesmo dispensar o pastor.

Lembremos, também, que as deslocações transumantes processaram-se durante milénios, provavelmente com graves implicações epidemiológicas. Vala e Esteves (2000) referem o risco sanitário destas deslocações de animais, nomeadamente através da brucelose e agaláxia contagiosa, doenças que afectam os ovinos. Por outro lado, existe a problemática da saúde pública relacionada com algumas antropozoonoses (brucelose, parasitoses, e doenças transmitidas por Ixodídeos – carraças; Morais, 1998).

Como vimos, e embora a tradição da transumância seja uma actividade possível de recuperar, esbarra, no entanto, com obstáculos ao seu ressurgimento. Para que se possam manter ou recuperar costumes como este, não poderemos é argumentar de uma forma conservacionista, baseada em sentimentos saudosistas. Lembremos que a tradição é dinâmica. O que aconteceu com a transumância ao longo dos tempos foi uma acumulação de adaptações que resultaram numa realidade momentânea. Ou se mantém dinâmica, possuindo as condições para tal, ou extingue-se, ficando apenas as românticas recordações. Tal como refere Martín (1996), se contemplarmos a transumância como uma relíquia de um mundo ancestral, estamos a condená-la ao seu desaparecimento. Por outro lado, se a concebermos como um património cultural de primeira ordem, como algo do domínio público com riqueza natural, valores histórico-artísticos e sociais, estamos a apostar na sua salvaguarda para usos tradicionais e alternativos. E não temos dúvidas que é esse o caminho que devemos seguir.

4. NOVAS OPORTUNIDADES NO DESENVOLVIMENTO RURAL

É sabido que as cidades se tornaram locais privilegiados de oferta de oportunidades de trabalho e de melhor acesso a serviços e recursos. No entanto, alguns aspectos da qualidade de vida nos centros urbanos, sobretudo nas grandes metrópoles, degradaram-se acentuadamente. Cristóvão (2002) salienta o facto dos grandes centros urbanos possuírem numerosos exemplos de precaridade de vida, com “concentração de desemprego e sub-emprego” e “proliferação da delinquência e marginalidade, reveladores de acutilantes desigualdades sociais e de processos de exclusão”. Daí que, como refere o mesmo autor, se tenha acentuado a busca do rural como local de descanso

dos urbanos. A este respeito, Ribeiro (2000) afirma estarem as preocupações do urbano viradas para a “qualidade e a segurança e dirigida para os domínios da alimentação e do turismo”, podendo estas serem encontradas nas zonas rurais e nos espaços naturais. O mesmo autor refere, ainda, que estas novas procuras estão inevitavelmente ligadas a sentimentos de nostalgia e a “anseios mais ou menos conscientes... de retorno e de recuperação do que se perdeu...” ou se suspeita estar a perder “na cidade e nos modos de vida urbanos...”.

Subentende-se, assim, que ao espaço rural passam a ser reconhecidas funções diversificadas que não apenas a simples produção de alimentos. A este propósito, Lourenço (2001) refere estar o rural a ser entendido por cada vez mais cidadãos como um “objecto de consumo” de conteúdo simbólico e como antídoto do “excesso de civilização” resultante da vida nas áreas urbanas. Diversos autores destacam “a ambientalização do rural e da agricultura, o divórcio rural-agricultura, a autonomização do espaço rural face à agricultura e a dependência do rural face às dinâmicas urbanas” (Cristóvão, 2002).

Estas novas evidências foram compreendidas por estudiosos e por políticos e estão referenciadas na “Declaração de Cork” (1996) e na Conferência de Salzburgo (2003), associadas ao desenvolvimento rural na União Europeia. Cristóvão (2002) transcreve extracto daquela declaração. Nela é assumido muito claramente o papel da agricultura como “importante interface entre as pessoas e o ambiente...”, e ainda que “...o desenvolvimento rural deve envolver todos os sectores sócio-económicos das zonas rurais” e que estas “ocupam uma posição privilegiada para satisfazer... interesses”, conforme a crescente preocupação dos cidadãos europeus, no âmbito da “qualidade, saúde, segurança, desenvolvimento pessoal e lazer”.

Num tempo de profundas transformações económicas, sociais, ecológicas e paisagísticas que afectam as zonas rurais, o meio rural debate-se com a sua própria redefinição conceptual e funcional, superada já a sua clássica dependência produtiva, baseada exclusivamente nas actividades agrícolas e pecuárias (García e Gándaras, 2004). Assim, a ideia de multifuncionalidade, ligada ao papel desempenhado pelo agricultor na exploração de outras funções associadas à sua actividade, para além da produção de bens alimentares, aparece como uma via de diversificação da economia do meio rural e da própria exploração agrícola, justificando a necessidade da existência do meio rural numa sociedade cada vez menos rural.

Foi, pois, reconhecido que o meio rural representa um património (cultural, ecológico, humano, económico e histórico) que deve ser conservado e recuperado. Desta maneira, García e Gándaras (2004) referem que o mundo rural deve experimentar uma crescente evolução, apoiando-se nos mecanismos financeiros e institucionais existentes em diferentes planos e programas de desenvolvimento rural e regional, com base na sua multifuncionalidade.

A emergência da nova “procura” pelo rural e pelo natural, sobretudo nos domínios da alimentação e do turismo, por parte dos cidadãos, levou a que fossem equacionados vários projectos como forma de resposta, o que representa uma preocupação na organização da oferta que o mundo rural pode proporcionar.

Na opinião de Martinho (2000b), a conciliação das actividades agrárias com outras que podem ser desenvolvidas em meio rural (artesanato, turismo rural, turismo de habitação e actividades ambientais), permitirá garantir rendimentos e fixar as populações, encarando o desenvolvimento desses meios em termos globais, diversificando, desta forma, as actividades económicas e preservando valores culturais, sociais e ambientais.

Referindo-se às “novas procuras urbanas” e ao desenvolvimento das regiões, Ribeiro (2000) menciona o ambiente natural, social e cultural, como “tendo vindo a perfilar-se como elementos centrais e determinantes na mediação entre” aqueles dois “termos de relação” (rural vs. urbano). E acrescenta ser “justamente nas regiões do interior” do território português, “melhor dito, no seu atraso, que residem... as respostas a estas novas procuras urbanas, o que vem prefigurando múltiplas e inéditas oportunidades de relançamento económico e de reactivação social daquelas regiões”. Esta autora está, obviamente, a referir-se ao aproveitamento turístico das regiões mais pobres e aos seus efeitos na criação de emprego e de rendimento e às sinergias que é capaz de gerar em sectores de actividade colocados a montante e a jusante.

5. IDEIAS E ESTRATÉGIAS PARA A REVITALIZAÇÃO DA “ÚLTIMA ROTA DA TRANSUMÂNCIA”

As áreas rurais em que se desenrolava a rota de transumância para a Serra do Montemuro, poderão ser desenvolvidas através de um conjunto de oportunidades directa e indirectamente associadas ao fenómeno transumante (Figura 2).

Em primeiro lugar, é necessário conhecer o ambiente físico onde aquela área está integrada, desde as zonas mais baixas da região de Viseu até à Serra do Montemuro. É fundamental o reconhecimento das antigas canadas que percorrem caminhos rurais e antigas vias medievais que atravessam pontes e presenciam cursos de água, abrigos, localidades, campos agrícolas e paisagens naturais. Tudo isto são “peças” que poderão ir ao encontro da satisfação de aspirações de pessoas que procuram actividades de lazer, tais como os passeios pedestres, de bicicleta, de cavalo ou burro, a escalada, a “orientação”, o paintball, o BTT, o cicloturismo, a canoagem e outros desportos do tipo “radical” ou até o todo-o-terreno motorizado e a asa delta.



Figura 2. Diagnóstico da Zona Envolvente da Rota da Transumância do Montemuro.

Associadas às condições físicas da área em estudo, actividades de índole cultural poderão ser aproveitadas na criação de uma “oferta” ao exterior. Assim, além das oportunas tradicionais feiras, festas e romarias, a música popular, os cantares e danças tradicionais, o artesanato, o vestuário típico, os regionalismos orais e os usos e costumes locais, assim como outros menos tradicionais, como o teatro, o cinema, a fotografia e a poesia, são igualmente valências passíveis de aproveitamento. Também o são a gastronomia, sobretudo a baseada nas produções regionais e em recursos biológicos naturais, como as carnes de bovino, de ovino, de caprino, de suíno (enchidos, presunto, etc.), de aves e da caça, o queijo, o requeijão, o mel, o pão, a fruta, os produtos hortícolas, os cogumelos, as plantas aromáticas e medicinais, os frutos silvestres e as

compotas e geleias. Aliás, muitos destes produtos regionais têm protecção comunitária como o Borrego da Serra da Estrela, o Cabrito da Gralheira, a Vitela de Lafões, a Carne Arouquesa, o Queijo e o Requeijão da Serra da Estrela, a Maçã Bravo de Esmolfe e a Maçã da Beira Alta.

Existem, portanto, os ingredientes para construir uma oferta virada para o turismo, podendo este usufruir da natureza e das aldeias rurais.

Obviamente, todas as potencialidades descritas devem ser organizadas e apresentadas a quem as deseje usufruir. Para isso, não se deverá esquecer o elemento humano.

Segundo Jordão (2002), os indicadores chave para avaliação do sucesso da estratégia actualmente consagrada no segundo pilar da PAC são baseados na qualidade de vida das pessoas residentes nestes territórios e na sua participação nos processos de desenvolvimento.

Em anteriores políticas para as zonas rurais, suportadas em visões sectoriais, teve-se pouca atenção aos seus efeitos territoriais. Como referem Pérez e Tur (1999), o território era suporte de actividades económicas, principalmente agropecuárias ou primárias, mas era também um suporte da população rural. Referem ainda estes autores que se teve pouca consideração nas políticas de desenvolvimento rural, pela interligação entre os vários factores e a população local, pelo menos na sua aplicação prática.

De facto, qualquer projecto de desenvolvimento rural terá de ter em conta os actores envolvidos, sendo que estes estão actualmente mais diferenciados, relacionados com interesses e procurando actividades também diferentes, não exclusivamente em torno da actividade agrícola. Consequentemente, requiere-se a definição de um novo modelo de desenvolvimento ao nível local que compatibilize o papel dos distintos agentes envolvidos (Yruela, 2003). Estamos perante o que o mesmo autor refere de desenvolvimento comunitário e desenvolvimento endógeno sustentável, menos relacionados com o desenvolvimento agrário. Estes novos conceitos encaixam com a nova tendência de recuperação da dimensão local do desenvolvimento que diversos autores definem como “novo localismo” (Yruela, 2003). Segundo o mesmo autor, este consiste numa estratégia de acção colectiva, estimulada por actores políticos da comunidade, com o objectivo de melhorar e desenvolver as condições de vida dessa população mediante a sua participação, o aproveitamento dos apelidados recursos ociosos, a criação de novas actividades e a potenciação das que já existam. Resulta assim que esta estratégia possui várias dimensões: política, económica e socio-cultural.

Relativamente aos actores para o desenvolvimento local e à sua relação com a comunidade, podem ser tipificados, segundo Yruela (2003), da seguinte forma (Figura 3):

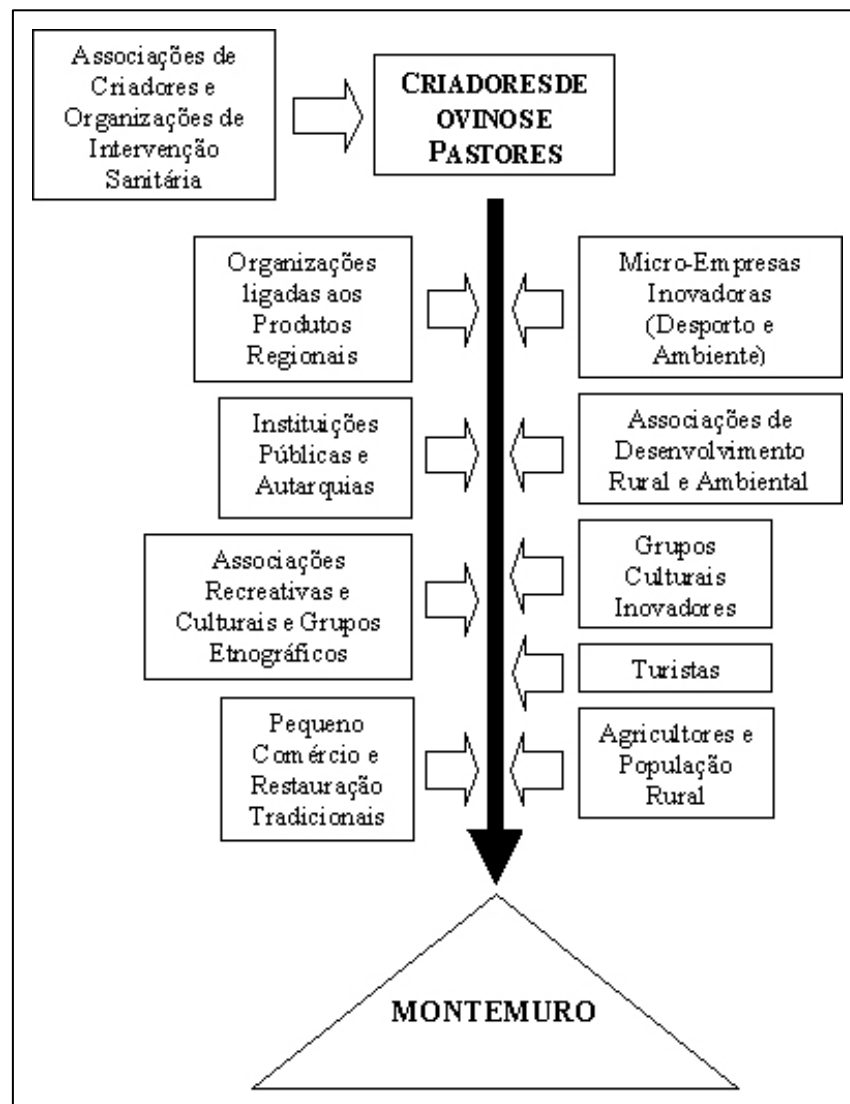


Figura 3. Actores Intervenientes a Dinamizar em face do Diagnóstico.

Actores passivos, constituídos por pessoas residentes na comunidade que vivem de reformas, pensões, rendas e outros benefícios, embora possam influenciar a existência de serviços e possam contribuir em pequeno grau económico e paisagístico locais. Nas zonas de montanha da região de Viseu são um grupo cada vez mais representativo.

Actores tradicionais não inovadores, constituído por pessoas que desenvolvem actividades tradicionais dentro da comunidade, sobretudo agrárias (podendo igualmente ser outras antigas actividades), e que não perseguem nem a sua ampliação, nem a inovação ou transformação para obter maior valor acrescentado. São, no entanto, o

grupo que mantém a maior parte da vida económica da comunidade da zona rural abordada neste estudo.

Actores tradicionais inovadores, que empreendem iniciativas de expansão da sua actividade tradicional, inovação técnica e de gestão, etc.. É um grupo dinâmico e empreendedor, podendo apresentar formas associativas. Possuem um papel decisivo na manutenção do desenvolvimento rural.

Novos actores, constituídos por membros da comunidade que criam novas actividades. Muitas vezes, estes tiveram acesso a formação no exterior da comunidade, tendo regressado a ela. Estes possuem, pois, um perfil apropriado a novas iniciativas.

Actores externos, que são pessoas e organizações que actuam a partir de fora. Agem em função da oportunidade de negócio, podendo estar relacionados com actividades extractivas, industriais e comerciais. Por vezes, podem ter um papel que ameaça os sectores tradicionais da comunidade.

Actores públicos, que podem ser internos, como as autarquias, e externos, como as instituições de âmbito mais alargado ao nível regional e nacional. Estas contribuem para a melhoria das condições de vida da população.

Em suma, o desenvolvimento depende da capacidade dos actores sociais para promovê-lo. Segundo Yruela (2003), “estimular o desenvolvimento das zonas rurais requer uma certa engenharia social”. “Trata-se de activar de maneira intencional e concreta a ligação entre o conjunto de oportunidades que pode oferecer o sistema de referência em que se desenvolvem os actores... e as estratégias e riscos que estes podem assumir” (Yruela, 2003). É necessário reconhecer que os actores não possuem os mesmos interesses, nem a sua relação com o desenvolvimento da comunidade é equivalente, embora todos tenham uma contribuição a fazer.

A ideia de recuperar a rota de transumância para o Montemuro, assim como de outras tradições destinadas a aproveitamento com fins turísticos, deverá ser encarada pela existência de pressupostos que suportem a sua realização. Deve ter-se em consideração, não apenas os potenciais “consumidores” dessa ideia, isto é, os turistas, mas sobretudo os actores envolvidos.

Assim, a organização específica da referida rota dependerá dos principais intervenientes: criadores de ovinos, pastores, pessoas e instituições relacionadas com o percurso e outras relacionadas com a sanidade animal e, também, de outros actores com vontade de construir um novo projecto.

No que diz respeito aos criadores, deverão estes ser os principais interessados. Sem a sua adesão, não haverá ovinos a participar no percurso e, assim, não haverá “rota”. A principal razão que os motivará a aderir será, sem dúvida, o benefício alimentar dos seus animais e o seu interesse económico. Existem, no entanto, outras razões indirectas, tal como a promoção dos produtos animais, como o queijo e a carne de borrego. Outra razão a explorar, poderia ser a de proporcionar aos criadores um período de lazer ou de dedicação a outras actividades, durante o tempo em que se efectua a deslocação e estadia dos seus animais. Como se sabe, tempo livre (férias, feriados e fins-de-semana) é algo a que os criadores pecuários não podem aspirar, sendo, por isso, uma actividade pouco aliciante para os jovens.

Os pastores que conduziriam os animais à Serra do Montemuro seriam uma peça fundamental. A complexidade da organização do trajecto e estadia, assim como a rudeza do percurso e a idade já avançada daqueles, são um obstáculo à sua realização. No entanto, constatámos que a par do interesse monetário envolvido, está o gozo que lhes proporciona tal actividade. Pelo que julgamos possível contar com estes homens, não desdenhando a necessidade de procurar outros que progressivamente os venham substituir num futuro próximo.

O percurso pelo qual transitaram os rebanhos transumantes em direcção ao Montemuro, necessita de manutenção e recuperação de caminhos, pontes e outros locais de travessia de cursos de água, vedações, muros e abrigos. Para esse efeito, haverá que contar com pessoas individuais (proprietários) que facilitem o acesso do rebanho às suas propriedades, ou o restrinjam, através de vedações ou outros obstáculos, de forma a que os animais não causem prejuízos nas culturas agrícolas. Igualmente as instituições públicas, como as autarquias (câmaras municipais e juntas de freguesia) e as privadas, como as associações de desenvolvimento (rural e ambiental) e locais (culturais e recreativas) poderão ter um papel importante na recuperação do percurso e na sua dinamização.

Dado existir legislação sanitária que controla a mobilidade de animais e tendo em conta o risco de epizootias, é fundamental contar com a colaboração e participação de organizações de defesa sanitária, dos serviços públicos veterinários e das associações de criadores. Através destes, é possível o acompanhamento dos efectivos animais ao longo do ano nas suas explorações e na selecção dos rebanhos que poderão efectuar o percurso, de forma a diminuir o risco de contágio e disseminação de doenças. Para esse efeito, será importante a assistência veterinária aos rebanhos e a vigilância da sanidade

do leite e seus derivados. Poderão efectuar-se vacinações específicas e a desparasitação dos animais envolvidos (ovinos, caprinos e cães), testes diversos, a desinsectização de estábulos, canis e veículos de transporte de animais e uma maior vigilância dos animais envolvidos, entre outras formas preventivas de redução dos riscos sanitários.

Paralelamente à intervenção dos actores acima descritos, poderão e deverão surgir outros que contribuam para o aproveitamento e dinamização desta actividade, tentando proporcionar uma oferta mais completa e diversificada. Poderá ainda proporcionar a realização de estudos técnicos, culturais e científicos em áreas diversas, de forma a também motivar a realização de congressos, colóquios, debates e actividades festivas. Não poderemos ainda esquecer que o Montemuro é um dos sítios integrados na Rede Natura 2000, uma rede que pretende representar a biodiversidade dos Estados Membros da União Europeia.

A respeito da transumância, na Europa, mais concretamente, em Espanha e França, muito se escreveu acerca deste assunto, tendo havido actividades turísticas diversas que oportunamente tiveram nele um alvo de exploração. No nosso País, poucos trabalhos e raros aproveitamentos no âmbito desta temática foram realizados. Em 1999, realizou-se o colóquio “Montemuro – A Última Rota de Transumância”, em Viseu. Mais recentemente, a pretexto da transumância, actividades festivas e culturais diversificadas têm sido anualmente realizadas no Fundão e em Fernão Joanes (Guarda).

É pois possível, segundo a nossa perspectiva, que através de uma realidade ancestral se criem condições que possibilitem desenvolver um ou mais projectos com a intencionalidade de dinamizar uma região sob o pretexto destas migrações transumantes entre as terras baixas do Vale do Mondego e o Montemuro. No entanto, como refere Cernea (1995), é um factor chave o reconhecimento de que muitos programas de desenvolvimento podem fracassar se estiverem mal informados e mal concebidos sob o ponto de vista sociológico. Assim, um projecto deste tipo terá necessariamente de passar pelo reconhecimento das canadas e por recolhas de informação junto de pastores transumantes, criadores de ovinos e outras pessoas, serviços e organizações.

Para terminar, sublinhamos que o aproveitamento desta temática como forma de dinamização rural, terá de possuir uma envolvência socioeconómica que a sustente, não como uma “moda”, mas como algo que perdure mais que a simples recuperação física de estruturas viárias ou edificações. A transumância poderá, assim, ser um pretexto para encontrar, a partir do seu valor intrínseco, uma projecção de futuro, constituindo um claro exemplo de multifuncionalidade ecológica, social e económico-productiva.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- BAPTISTA, Fernando Oliveira (2001). *Agriculturas e Territórios*. Celta Editora, Oeiras.
- BAPTISTA, Fernando Oliveira (2003). Um Rural Sem Território in *Portugal Chão*. Celta Editora, Oeiras.
- CÂMARA MUNICIPAL DO FUNDÃO (2004). *Chocalhos 2004 – Festival dos Caminhos da Transumância*. Prospecto. Câmara Municipal do Fundão, Fundão.
- CERNEA, Michael M. (1995). El Conocimiento de las Ciencias Sociales y las Políticas y los Proyectos de Desarrollo in *Primero la Gente – Variables Sociológicas en el Desarrollo Rural*. Impresora y Encuadernadora Progreso, Cidade do México.
- CRISTOVÃO, Artur (2002). Mundo Rural: Entre as Representações (dos Urbanos) e os Benefícios Reais (para os Rurais) in *Turismo Rural: Tendências e Sustentabilidade*. EDUNISC, Santa Cruz do Sul.
- FERNANDES, Ana Alexandre (2003). Do Envelhecimento Demográfico às Políticas Públicas de Protecção Social in *Portugal Chão*. Celta Editora, Oeiras.
- FERREIRA, Paula (2004). Roteiro in *Jornal Nova Guarda*. 14 de Julho. Guarda. http://www.novaguarda.pt140704/e_rot16.htm. Consultado em 12-12-2004.
- GARCÍA, Julio Merino e GÁNDARAS, José Luis Alier (2004). La Multifuncionalidade de las Vías Pecuarias Españolas en el Marco del Desarrollo Rural in *Tecnología y Desarrollo*. Volumen II, Separata, Escuela Politécnica Superior de la Universidad Alfonso X. Villanueva de la Cañada, Madrid. http://www.uax.es/publicaciones/archivos/TECMAD04_004.pdf. Consultado em 13-12-2004.
- GINER, Salvador (1987). *El Progreso de la Conciencia Sociológica*. Ediciones Península.
- JORDÃO, Nuno (2002). Os Programas LEADER e o Desenvolvimento Rural em Portugal in *AGROPORTAL*. www.agroportal.pt. Consultado em
- LOURENÇO, Filipa Maria Domingues (2001). Agricultura e Ruralidade. Algumas Reflexões Sobre o Desenvolvimento Rural. *Actas do I Congresso de Estudos Rurais*. UTAD e SPER, Vila Real.
- MARTÍN, Pedro Garcia (1991). El Pastoreo y las Vías Pecuarias in *Cañadas, Cordeles y Veredas*. Junta de Castilla y León. Valladolid.

- MARTÍN, Pedro García (1996). El Patrimonio Viario de la Trashumancia Española *in Contribución a la Historia de la Trashumancia em España*. Ministerio de Agricultura, Pesca y Alimentación. Madrid.
- MARTÍN, Pedro García (2000). Cosmovisión e Historia de la Trashumancia en la Península Ibérica *in Actas do Colóquio “Montemuro – A Última Rota da Transumância”*. Associação da Defesa do Património Arouquense e Escola Superior Agrária de Viseu. Arouca.
- MARTINHO, Alberto Trindade (1978). *O Pastoreio e o Queijo da Serra*. Serviço Nacional de Parques, Reservas e Património Paisagístico. Lisboa.
- MARTINHO, Alberto Trindade (2000a). A Transumância: do Montemuro à Estrela, os Caminhos, os Rebanhos e os Pastores *in Actas do Colóquio “Montemuro – A Última Rota da Transumância”*. Associação da Defesa do Património Arouquense e Escola Superior Agrária de Viseu. Arouca.
- MARTINHO, Vítor João Pereira (2000b). Reflexões Sobre o Desenvolvimento Rural Nacional *in Revista Millenium*. Ano 5: 19. Instituto Politécnico de Viseu.
- MORAIS, J. A. David de (1998). Transumância de Gados Serranos e o Alentejo. *Colecção “Novos Estudos Eborenses”*: 3. Câmara Municipal de Évora, Évora.
- OLIVEIRA, Américo e SILVA, Filomeno (2000). *Montemuro – A Última Rota da Transumância*. Associação da Defesa do Património Arouquense, NORPRINT, Arouca.
- PÉREZ, Javier Esparcia e TUR, Joan Noguera (1999). Reflexiones en Torno al Territorio y al Desarrollo Rural *in El Desarrollo Rural en la Agenda 2000*. Ministerio de Agricultura, Pesca y Alimentación, Madrid.
- RIBEIRO, Manuela (2000). *Turismo em Trás-os-Montes e Alto Douro. Diagnóstico e Orientações Prospectivas*. Forum da Iniciativa Económica de Trás-os-Montes e Alto Douro, Vila Real.
- ROMERO, Carlos (2004). Uma Obra Para Gerações *in Jornal O Público*, 10 de Janeiro, Lisboa.
- VALA, Helena e ESTEVES, Fernando (2000). Riscos Sanitários da Transumância *in Actas do Colóquio “Montemuro – A Última Rota da Transumância”*. Associação da Defesa do Património Arouquense e Escola Superior Agrária de Viseu, Arouca.
- YRUELA, Manuel Pérez (2003). Los Actores Sociales en el Desarrollo Rural, *in Informe*.